

GÊNERO, IDENTIDADE E REVOLUÇÃO NOS TEMPOS DE VARGAS

GENDER, IDENTITY AND REVOLUTION IN VARGAS TIME

Alzira Lobo de Arruda Campos*

Luiz Antonio Dias**

Rafael Lopes de Sousa***

Resumo: Procura-se contribuir para o entendimento da participação da mulher no projeto revolucionário brasileiro. O modelo analítico entrecruza a esfera pública e a privada, no cotidiano da casa e da rua, verificando os limites da atuação de mulheres que se fizeram públicas, por opções políticas, contrariando o esquema clássico de “homem na praça, mulher na casa”. Trata-se de uma micro-história, inserida no universo coletivo da luta revolucionária, focalizando um grupo de mulheres que se integrou em programas políticos complexos e heterogêneos de correntes revolucionárias de esquerda, em especial na prototrotskista. Com o objetivo de verificar os “entre lugares” ocupados pelo “segundo sexo” na luta proletária, esta reflexão é fundamentada em documentos existentes em arquivos da memória operária e da polícia política das décadas de 1930 e 1940.

Palavras-chave: mulheres revolucionárias, comunismo, cotidiano operário, repressão.

Abstract: It seeks to contribute to the understanding of women's participation in the Brazilian revolutionary project. The analytical model intersects the public and private spheres, in the daily life of the home and the street, verifying the limits of the actions of women who became public through political options, contradicting the classic scheme of "man in the square, woman in the house". This is a micro-history, set in the collective universe of the revolutionary struggle, focusing on a group of women who integrated themselves into complex and heterogeneous political programs of leftist revolutionary currents, especially the proto-Trotskyist one. In order to verify the "in-between places" occupied by the "second sex" in the proletarian struggle, this reflection is based on documents found in archives of workers' memory and political police from the 1930s and 1940s.

Keywords: Revolutionary Women, Communism, worker's daily life, repression.

*Livre-docente em Metodologia da História, pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA), Mestre e Doutora em História Social pela Faculdade de História da Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa em Ciências Humanas (UNISA/SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7264-9368>

** Mestre e Doutor em História Social (UNESP/Assis); Pós-doutorado em Derecho, Economía, Historia (Universidad Nacional de Córdoba). Docente do Programa de História (PUCSP). Docente do Programa em Ciências Humanas (UNISA/SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8834-442X>

*** Mestre em História Social (UNESP/Assis), Doutor em História Social (UNICAMP). Docente do Programa em Ciências Humanas (UNISA/SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8018-8530>

Introdução

O esforço em estender as categorias teóricas em uso na interpretação do processo revolucionário brasileiro para as relações de gênero concentra-se em mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais, confirmando conceitos das abordagens tradicionais, que se pressupõem capazes de revelar as vidas dos homens. As revolucionárias têm recebido, de nossa historiografia, tratamento que privilegia temas referentes a vultos femininos notáveis - pela importância no campo científico ou artístico ou pela parceria que mantiveram com lideranças partidárias. Em geral, o fragmentado universo da mulher merece uma reflexão histórica que desconsidera a ideologia de gênero e escamoteia interpretações do sistema androcático integrantes de estudos desenvolvidos pela história do cotidiano e das mentalidades, desde os anos de 1960.

O jogo de discriminação misógina, desenrolado no cenário das desigualdades sociais brasileiras, tem como protagonista principal um patriarcalismo silencioso e ambivalente, que desvia o conceito de universalidade e igualdade das leis, destinado a todos, para o terreno do privado e da intimidade social. São campos difíceis de serem solucionados, mas que devem contar com uma política de conscientização da sociedade. A história das mulheres tem chamado a atenção para o aspecto fundamental de que não há homens genéricos, mas sim homens e mulheres classificados em gêneros, isto é, multidões de seres históricos vivem predeterminações de classe, raça, cultura. Neste estudo, personagens individuais remetem a quadros culturais mais amplos, como os modelos sociais da mulher e da família, vigentes nos tempos de Vargas, e a história do movimento operário em São Paulo. Neste amplo painel, procuram-se compreender os caminhos percorridos por mulheres, implicando o encontro entre a esfera pública e a privada em seu cotidiano.

Trata-se de uma micro-história, inserida no universo coletivo da luta revolucionária, conduzida por um pequeno e denodado grupo de indivíduos dispostos a mudar o mundo. História, portanto, da revolução proletária e das mulheres que se integraram a esse complexo programa político, idealizado e protagonizado fundamentalmente por homens. Nas numerosas dificuldades apontadas por Hobsbawm para se compreender a construção do movimento revolucionário, falta introduzir o papel que a mulher representou no primeiro regime da história que contestou em profundidade as contradições do capitalismo, acenando com a certeza da vitória proletária sobre a burguesia (HOBSBAWN, 1917, p. 15). Papel tributário da identidade de gênero,

universalmente marcado pelo sistema androcático e exacerbado, no caso brasileiro, pela violência dos quase quatro séculos de escravidão.

A teoria feminista considera que “a historiografia das mulheres é a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência de que foram vítimas, da sua loucura e de seus afetos” (COURI, 1997). Mas, também, de suas atuações políticas, como protagonistas ativas ou passivas da revolução proletária. É certo que a visão da mulher na esfera pública tem recebido alguns aportes da historiografia brasileira, ressaltando a identificação feminina com a ordem patriarcal, como no caso de Carlota Pereira de Queiroz (SCHPUN, 1997), ou o inconformismo indignado a respeito das injustiças sociais, como no exemplo de Maria Lacerda de Moura (LEITE, 1997). Esses e outros estudos semelhantes são complexos. Os modelos teóricos existentes – a teoria política liberal e sua epistemologia empirista, o marxismo, a teoria crítica, a psicanálise, o funcionalismo, o estruturalismo, o desconstruivismo, a hermenêutica – ao mesmo tempo aplicam-se ou não às mulheres e às relações de gênero, pois foram as experiências masculinas que geraram os problemas que as teorias procuram resolver. Quando começamos a pesquisar as experiências femininas logo nos deparamos com fenômenos cuja visibilidade fica obscurecida nas categorias e conceitos teóricos tradicionais. Temos, portanto, que arcar com a falta de um esquema permanente de construção das explicações, e, em vez da fidelidade “ao princípio de que a coerência teórica é um fim desejável por si mesmo e a única orientação válida para ação, podemos tomar como padrão a fidelidade aos parâmetros de dissonância entre os pressupostos dos discursos patriarcais e dentro de cada um deles” (HAERDING, 1993, pp. 7-14).

Um problema a mais reside no fato de o marxismo e o feminismo, os modelos teóricos disponíveis para o estudo da mulher no processo revolucionário (abstraindo a epistemologia empirista), oferecerem formas totais de interpretação da sociedade, colidindo conceitualmente e apresentando inadequações aos objetivos propostos por um tema que se situa na encruzilhada desses quadros teóricos. Inadequações obviamente insolúveis nos limites do presente artigo, que se propõe, tão somente, a levantar algumas evidências empíricas sobre os possíveis impactos da ideologia de classe sobre a ideologia de gênero. Ou, revertendo esses termos, trabalhar sobre algumas das contribuições que o “feminismo” prestou à análise da ideologia de classe, como, por exemplo, chamar a atenção para o trabalho das “donas de casa” como um modo de produção pré-capitalista, existente em todas as sociedades, mesmo nas mais “desenvolvidas” (PARIS, 1997, p. 21). A pesquisa da militância feminina no campo revolucionário tem a sua visibilidade

obscurecida pelas categorias e conceitos teóricos tradicionais, inclinando-nos a adotar tomar por padrão a dissonância entre os pressupostos teóricos das revoluções proletárias, vendo a situação de exploração da mulher como um reflexo da luta de classes (BLAY e AVELAR, 2019, pp. 81-82). O feminismo político implica uma militância com pautas e estratégias próprias que começam a ser definidas como um dos capítulos dos estudos de gênero, uma categoria recente e instigante no campo teórico das Ciências Sociais e Humanidades.

Ancorados nesses pressupostos teóricos e fundamentados em documentos de primeira mão, procuramos adiantar algumas interpretações sobre a identidade da mulher na luta proletária, nos “entre lugares” que lhe eram permitidos pela sociedade patriarcal paulista, no período de 1930-40.

Imagens da mulher nas linguagens revolucionária e da reação

Embora a mulher participasse do mundo da produção, constituindo a maioria em alguns setores do parque industrial paulista, o mundo ou submundo da revolução era eminentemente masculino, uma vez que os estereótipos da mulher passiva, reclusa nos domínios domésticos, aparentemente funcionavam mesmo para as operárias que viviam a realidade dramática da exploração do trabalho, dentro e fora de casa.

Nas fileiras revolucionárias, o feminismo era encarado com hostilidade, pois se considerava que a oposição homem-mulher ajudava a mascarar a dialética da luta de classes. As feministas sofriam críticas irônicas, especialmente dirigidas àquelas que se candidataram a cargos legislativos, após a concessão do voto à mulher, pela Constituição de 1934. Sob o título: “Mais uma exploradora do *match* burguês saias x calças aparece em campo cavando votos”, o *Jornal do Povo* anatematiza Bertha Lutz, Nathércia da Silveira e Iveta Ribeiro. A última, “uma das muitas senhoras ridículas que exploram o cartaz desmoralizado do feminismo”, era proprietária de uma “revistinha de cavação” chamada *Brasil Feminino*, “leitura muito interessante para as donzelas poetisas e para as mães que rejuvilaram com o direito de votar... no vigário”. O articulista continua a desenvolver o preconceito contra as feministas, desejando que “essas cretinas que ainda dividem a humanidade em machos e fêmeas, e não em explorados e exploradores”, dissessem o que as mulheres e não as “damas” lucraram com “a atividade das Berthas Lutz”. Na defesa da luta de classe, a crítica aponta “teimosia estúpida de uma sociedade

antidivorcista, de uma sociedade que adora a hóstia e o hímen e que se bate pela moral jesuítica do adultério” (*JORNAL DO POVO*, 12/10/1934, p. 1).

As correntes de esquerda utilizavam-se largamente do argumento de que a operária teria reivindicações sérias a fazer, ligadas à exploração burguesa, para desconsiderar a especificidade do gênero na luta de classes. Porém, a necessidade de formação de comissões femininas, capazes de sensibilizar operárias e camponesas para a causa revolucionária, levou à elaboração de conceitos idealizados da mulher trabalhadora e a uma evidente estilização da militante, como numa “profissão de fé proletária”, dedicada à companheira da grande luta pela maior fraternidade humana, que aponta a miséria do homem que vende o seu trabalho, a fim de alimentar, “no campo ou oficina, a burguesia estúpida e assassina” (POEMA “COMPANHEIRA”, PRONTUÁRIO n.º 856).

A reação emitia conceitos antitéticos a essa representação. As companheiras de militantes políticos eram apresentadas como pessoas do “mais baixo nível social, na maioria analfabetas e inteiramente desligadas das atividades subversivas dos companheiros”. Estes as escolheriam precisamente por isto, pois como possuíam uma “concepção de vida sensual exageradamente materialista, não faziam questão da qualidade de vida dos maridos”. Conceitos misóginos, no caso da mulher revolucionária, agravavam-se com preconceitos etnocêntricos e de classe. Afirmava-se que os comunistas costumavam recrutar as parceiras no Rio Grande do Norte, a maior parte em Mossoró ou “nos meios desligados da civilização”. Ao trazê-las para a vida civilizada, conseguiam várias vantagens: o ambiente estranho intimidava-as, impedindo que se relacionassem com indivíduos que pudessem comprometer seus “amásios”. Finalmente, essas mulheres “analfabetas, apáticas, não sentiam curiosidade em indagar sobre os afazeres dos homens nem criavam ‘casos sentimentais’, suscitando contrariedade de espírito, o que os comunistas abominavam profundamente” (AS MULHERES DOS COMUNISTAS).

Os interrogatórios de mulheres fixavam-se em aspectos destoantes da moralidade burguesa, de modo a criar um antimodelo feminino. Comportamentos considerados desviantes dos padrões socialmente sancionados mereciam perguntas minuciosas, que permitiam aos policiais traçar uma imagem da revolucionária que se confundia à da prostituta, louca ou mentecapta. Dessa maneira, procurava-se criar a sensação de repulsa ou de estranhamento social pela mulher contestadora.

Também no seio dos revolucionários, a mulher sujeitava-se a juízos parciais e rígidos, eventualmente tisonados por ciúmes entre camaradas machistas, embora o teor da linguagem de uma das cartas escritas por Hílcar Leite a Fernando Salvestri permita

pressupor a existência de ligações subjetivas, difusamente disfarçadas, que contrariavam princípios puramente políticos:

Quanto à última parte do teu bilhete, chocou-me. É preciso que saibas que B. não é minha “amada” e que te lembres que uma vez eu te disse que precisava vingar-me de B. por ter-me abatido. A bon entendeur... [...] Aquela cretina prejudicou mais uma vez a organização. Se continuar assim, serei forçado a mandá-la à Vila Maria. [...] B. nada tem para apaixonar-me. Sou ainda muito jovem e com uma “educação” que já sabes [...] Você precisa liquidar tua paixão por Palmeira. Ela é completamente idiota. [...] Ela despreza sentimentalmente você e todos os outros nossos camaradas. [...] Palmeira dominou você e os outros e isto a leva a desprezar a todos. [...] Considere a mulher como tal, uma coisa que os homens utilizam enquanto precisam e a abandonam quando não têm mais necessidade (CARTA DE HILCAR LEITE, “MORAES”, a FERNANDO SALVESTRI, 1936).

Alguns protestos contra julgamentos similares, emitidos no calor da luta, desmentem a passividade da mulher diante do poder macho. Por exemplo, a “camarada Bernarda”, ao ser chamada de mentirosa, durante uma reunião partidária, protesta energicamente dizendo que alguns camaradas consideravam as mulheres como coisa inferior (ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL DO PCB/SP, de 2/1/1932).

Sujeitas a um duplo grau de alienação, conseqüentemente minoritárias nos quadros da revolução, as mulheres insinuam-se discretamente nas listas de indivíduos procurados ou que já se encontravam nos cárceres da polícia paulista. Em 1932, a Delegacia de Ordem Política e Social publicou fotos de comunistas presos como agitadores e que divulgavam “por todos os meios as doutrinas extremistas”, protegidos “pela complacência das autoridades que a Ditadura trouxera a S. Paulo, depois dos acontecimentos de outubro”. Com tal ação, diz a notícia, desmentiam-se “as invencionices da Ditadura, que propalou ser a Revolução Constitucionalista um movimento comunista”. O elenco desses “agentes de Moscou” comporta apenas quatro mulheres: Helena Silva, Mary Houston Pedrosa, Eneida de Moraes Rocha (ou Costa) e Eulália Conceição (REPRESSÃO AO COMUNISMO).

Um dos primeiros róis levantados pelo Gabinete de Investigações inclui Tarsila do Amaral, Mary Houston, Ignez Itkis, Eulália Conceição e Patrícia Galvão, perfazendo 10% dos 50 comunistas mais importantes de S. Paulo (RELAÇÃO PARCIAL DOS COMUNISTAS EM MAIOR EVIDÊNCIA). Na capital paulista, com o fim exclusivo de aliciar mulheres para a causa revolucionária, o Partido fundara a “União das Mulheres

Democráticas de São Paulo”, sociedade que realizava reuniões e congressos, a fim de cuidar da situação da mulher e defender seus direitos (APOLLONIO, 1949, p. 84).

Pouco mais tarde, a Insurreição de 27/11/1935, deflagrada na cidade do Rio de Janeiro, arrolou oito mulheres (para um universo de 241 pessoas) como responsáveis pelo movimento: Armanda Álvaro Alberto, Eugênia Álvaro Moreira, Maria Moraes Werneck de Castro, Valentina Leite Barbosa Bastos, Eneida de Moraes Costa, Maria Bergner Prestes, Auguste Elise Ewert e Carmen Alfaya de Ghioldi. Todas foram processadas como corrés, nenhuma figurando como cabeça da insurreição (PORTO, 1936, pp. 262-266). É verdade que o caráter militar desse levante explicaria, por si só, a participação diminuta que nele tiveram as mulheres (3,32%), e, em geral, exercendo papéis coadjuvantes àqueles de seus companheiros. Não obstante, muitas delas assumiam iniciativas na estratégia revolucionária, como se depreende das fontes históricas referentes a 1935. Assim, Valentina Leite Barbosa, casada com Adolpho Barbosa Bastos, informa que escrevera uma carta, também assinada por seu marido, sob o pseudônimo de “Helena”, embora não tivesse parte ativa no movimento revolucionário (PORTO, 1936, pp. 132-133).

Armanda Álvaro Alberto era presidente da “União Feminina do Brasil”, associação que se uniu à “Aliança Nacional Libertadora” na “Frente Popular Antifascista”, a fim de preparar o terreno para a revolução, de acordo com o programa do Sétimo Congresso da Internacional Comunista. Armanda negou as ligações da União Feminina com o PCB, mas suas amigas, Eugênia e Maria, contrariaram essa declaração. Uma saudação aos membros da Aliança Nacional Libertadora, apreendido na residência da última, confirma os intuítos revolucionários das aderentes da União, as quais diziam reconhecer na A. N. L. a única força de oposição ao fascismo, de combate ao imperialismo e ao latifúndio e capaz de dar ao povo brasileiro pão, terra e liberdade. Concitavam, por isso, as mulheres a entrar para a U. F. B. e a lutar com a A. N. L., como homenagem à memória dos heróis de Copacabana e dos companheiros da Coluna Prestes (PORTO, 1936, pp. 125-126).

Na mesma residência, apreendeu-se outro documento – “Tarefas em 14/8/35” –, relatando as atividades desempenhadas pela União Feminina do Brasil e a organização revolucionária de sua diretoria: “Brigada para Deodoro com elemento ligado comissão de greve: MARIA – ANA – ESTELA. Ligação Aliança – EUGÊNIA (Eugênia Álvaro Moreira). Criação das ‘Amigas do [jornal] *A Manhã*’ (PORTO, 1936, p. 126). Quanto à Júlia dos Santos, informa-se que residia na célebre casa da Rua Honório n.º 279 (na qual

foi preso Prestes), onde vivia “maritalmente” com Manoel Coelho dos Santos. A polícia a caracteriza como uma “senhora analfabeta, de tal atraso mental, que não sabe referir os nomes dos meses e os dias da semana” passando a impressão “que por isso mesmo foi ela escolhida para companheira de morada de Luiz Carlos Prestes” (PORTO, 1936, p. 185). Esta interpretação é uma das prediletas dos policiais: os comunistas escolheriam por companheiras mulheres boçais e analfabetas, incapazes de delatá-los.

Eneida de Moraes Costa, no mesmo processo, declara ter pertencido à seção paulista do Partido Comunista, mas estava há tempos afastada de suas atividades políticas. Numa carta de próprio punho, diz que Paulo Caio Prado lhe dissera ter sido informado pelo ministro Macedo Soares sobre as diligências efetuadas pela polícia para descobrir o paradeiro de Luiz Carlos Prestes (PORTO, 1936, p. 179). Eneida fora detida, pela primeira vez, em São Paulo, a 29/7/1932, em companhia de José Villar Filho (“Miguel Faconderi” ou “Paco”) e Júlio Silva (“Raul”). “Paco” era um caldeireiro carioca, com 33 anos e companheiro de agitação de Eneida. Esta tentou reagir à polícia, de revólver em punho. Estava com 28 anos de idade, era funcionária pública e escritora, colaborando em diversos jornais, já tendo pertencido ao Comitê Central do Partido Comunista. Eneida declara que deixara Belém, abandonando esposo e filhos, a fim de se dedicar mais livremente à propaganda comunista (PRONTUÁRIO n.º 5.691, fl. 10). Portanto, em lugar dos papéis tradicionais da mulher, optara pela militância política. Com Eneida, havia centenas de boletins, já empacotados, prontos para a expedição, e muita correspondência do P. C., provavelmente elaborados por meio de um “custoso mimeógrafo, adquirido pelo Socorro Vermelho Internacional, e a ela entregue para a propaganda comunista” (PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 7). Eneida estava há tempos sob vigilância policial. Um comissário da Delegacia de Ordem Política e Social, em 3/6/1932, informa que havia, na Secretaria da Viação, uma funcionária, Eneida de Moraes, também conhecida por “Neide”, que muito se distinguia na propaganda comunista e que “proclamava” estar bem protegida dos “próceres revolucionários”, invocando, “a cada passo”, o nome do Dr. Oswaldo Aranha como seu maior padrinho. Na seção onde estava locada, Eneida nada fazia, “passando os dias a fumar, a discutir comunismo e a aconselhar aos seus colegas a leitura deste ou daquele livro de ideias subversivas”. Poucos dias depois do movimento popular de 23 de maio e consequente mudança do Secretariado, “Neide”, conjuntamente com Oswaldo Costa, Cid Franco, Affonso Schmidt, Nabor Cayres de Britto, Amadeu Amaral Júnior, Herculano Macuco, Paulo Torres, Paulo Motta Lima e outros, subscreveu e fez larga distribuição de um boletim intitulado “Manifesto dos Trabalhadores

Intelectuais ao Povo Brasileiro”. Quando os funcionários da Secretaria a advertiam dos perigos que corria, Eneida afirmava que os responsabilizaria no caso de ser presa ou exonerada, sendo certo que, por esse motivo, nenhum deles se animara a levar esses fatos ao conhecimento dos seus superiores (PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 6).

Na qualidade de crítica literária, Eneida defendeu os autores engajados na propaganda revolucionária, mas se manifestou duramente contra a novidade brasileira de se intitular “proletária uma literatura pornográfica e falsa, que usava palavrões, pornografia, libidinagem.” Tais eram “os monstruosos” livros de Pagu, Oswald de Andrade etc., obras “tipicamente fim de regime, próprios para os delírios sexuais de semivirgens”. *Cacau*, de Jorge Amado, merece apreciação exemplar: o autor pensava que a revolução seria feita com as prostitutas e achava que era um escritor proletário, por “escrever errado, empregar mal todas as palavras e ter uma profunda ingenuidade pelas coisas da vida” (*Ainda sobre Cacau de Jorge Amado*). Os objetos apreendidos na casa de Eneida deixam entrever o cotidiano de uma comunista intelectual dos anos 1930, com livros, material de propaganda e as indefectíveis malas que acompanhavam os “mascates da revolução”, em suas andanças de fuga ou de proselitismo político (PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 14).

Eneida Costa contrastava com Maria da Cruz ou “Eulália da Conceição”. As duas tinham a mesma idade (nasceram em 1903) e dedicaram-se, com empenhos semelhantes, aos ideais do PCB. Ambas foram presas em 1932, quando contavam 28 anos de idade. Aí cessam as semelhanças. Em lugar da escritora, surge a tecelã analfabeta, “Eulália”. No momento da prisão, Eulália é registrada como branca. Folhas processuais adiante, torna-se parda, embora a sua foto seja flagrantemente a de uma negra. A propósito, vale observar que o problema da tipificação de prisioneiros como negros é uma das mais delicadas de se resolver pela pesquisa histórica. Aparentemente, não interessava às autoridades reconhecer a existência de negros nas fileiras revolucionárias, além do que o escamoteamento geral da realidade étnica da sociedade brasileira repercutiu nos registros policiais. Faz-se necessário ter em conta que o preconceito racial era tão agudo, ainda na década de 1920, que Andrade Bezerra (de Pernambuco) e Cincinato Braga (de São Paulo) apresentaram projeto de lei “proibindo a imigração de pessoas de cor preta” (JOFFILY, 1979, p. 83). A branca/parda/negra Eulália foi presa por incentivar greve na fábrica em que trabalhava. Era amiga inseparável de “Pagu” e as duas tomaram parte saliente no conflito havido na Praça da República, em Santos, em 1932. Pagu responsabilizou-se pela alfabetização de sua companheira, no decorrer da militância de ambas. Durante a

legalidade do Partido, Eulália fora cozinheira de Prestes, no Rio, e, segundo fontes reservadas, desde janeiro de 1936, estava novamente com o “Cavaleiro”, ainda como sua cozinheira. Presa a 30 de junho desse mesmo ano, Eulália Conceição narra ao Delegado de Polícia as circunstâncias em que entrara para o Partido, enfatizando as atenuantes clássicas de “ser mulher e de pouco entender”. Em 1930, diz ela, quando trabalhava na Companhia Santista de Tecelagem, ocorrera uma greve, liderada por João Freire de Oliveira, responsável pela sua entrada no Partido, pois era uma “mulher sem cultura e ignorando o que fosse aquilo, não opôs obstáculos a entrar para a referida agremiação.” Com o fechamento da fábrica, ficara desempregada e João Freire entregara-lhe um bilhete de recomendação a um estrangeiro, de nome Saul, residente em São Paulo, que alugou um quarto para ela, com a condição de que mantivesse consigo algumas malas fechadas. Em 1932, numa “batida” policial, as malas foram apreendidas e Eulália presa. Posta em liberdade, voltara para Santos e trabalhava como catadeira de café, ao ser presa (PRONTUÁRIO n.º 1.739, fl. 29).

A narrativa policial contraria a narração acima, apresentando Eulália como uma ativista de grande personalidade. No dia 30 de julho de 1932, Eulália dirigira-se à residência do comunista Miguel, onde também residia Regina Machado, esposa do “agitador” Joaquim Trindade, o pseudônimo de Leôncio Basbaum. Os policiais acampanados naquele local narram ter visto, pelo vidro da bandeira da porta, que no interior do mesmo estava Eulália procedendo ao empacotamento de papéis, à luz de uma vela. Pelo chão, espalhavam-se grandes pacotes, malas e caixotes. Havia ainda uma cama de solteiro, e, em um canto, “uma máquina com um rolo que muito parecia um mimeógrafo”. Aguardaram os policiais que Eulália se retirasse para proceder à apreensão do vasto material de propaganda que ali estava guardado: grande quantidade de *A Classe Operária*, um pequeno mimeógrafo e vários metros de pano vermelho. Eulália foi detida ao regressar, às 18 horas. Mais tarde, também recebeu voz de prisão Samuel Kliman, que chegara à procura de Eulália. Esta, como membro da “Comissão de Mulheres” do Partido, distribuía boletins entre operários de fábricas, nas quais trabalhava durante um mês, até conseguir formar uma célula. Eulália da Conceição, seguindo um dos papéis clássicos da mulher – o de transmitir a tradição – teria legado sua identidade revolucionária a Crisântemo, que aparece, em informação reservada, como esposa de um estivador não comunista e “filha da velha militante comunista, a mulata MARIA BENEDITA DA CRUZ (provavelmente, cognome de EULÁLIA CONCEIÇÃO, nome falso que ela adotou durante a ilegalidade)” (PRONTUÁRIO n.º 1.739, fl. 4).

Embora São Paulo tenha tido participação discreta no movimento de 1935, a violenta repressão que se seguiu desmantelou as organizações revolucionárias do Estado. Entre as centenas de prisioneiros político, figuravam 21 mulheres, cujos nomes, profissões e procedência encontram-se no quadro abaixo.

Quadro n.º 1. Mulheres aprisionadas (São Paulo, 1935-37)

Nome	Profissão	Procedência
Aida Glicker Narowski	Comerciária	Capital
Anezia Correa dos Santos	Catadeira de café	Garça
Anita Merege	n/c (nada consta)	n/c
Carolina Gonçalves	Tecelã	Santos
Ernestina Del Buono Trama	n/c	N/C
Genny Gleizer	Costureira	Capital
Helena Lezerovitz	n/c	Capital
Helena Willys	Empregada Doméstica	Capital
Ida Narowsky	n/c	N/C
Ida Sazan	n/c	N/C
Júlia Garcia Y. Garcia	n/c	N/C
Julieta do Lago	n/c	N/C
Lúcia Albano	Parteira	Bauru
Luiza Marcelina Branco	Estudante	Capital
Luiza Peçanha de Camargo Branco	Professora	Capital
Maria Beruta Vernaite	Doméstica	Santos
Maria da Cruz (Eulália da Conceição)	Tecelã/Catadeira de Café/Cozinheira	Santos
Maria Velasques Fernandes	Prendas Domésticas	Agudos
Patrícia Galvão	Jornalista	Capital
Stefania Sampaio	Doméstica	Piracicaba
Sydéria Galvão	Professora	Capital

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados extraídos de prontuários das prisioneiras ou apresentados por KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta (Um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo, 1996, pp. 131-155.

Os arquivos da repressão guardam fortes indícios de que muitas mulheres entregavam-se à revolução à revelia de seus companheiros, como Lúcia Albano, parteira diplomada de Bauru, conhecida por suas “ideias extremistas”. Em 21/2/1936 Lúcia foi detida por participar do Socorro Vermelho Internacional e de militar no comunismo entre ferroviários. Na prisão, Lúcia participou de uma greve de fome, com Patrícia e Sydéria Galvão, “reivindicando banho de sol diário, cuidados médicos, dietas às companheiras doentes e cessação de insultos que as autoridades lhes faziam das grades” (CARTA DE PATRÍCIA GALVÃO, SYDÉRIA GALVÃO E LÚCIA ALBANO A EGAS BOTELHO).Do prontuário de Lúcia Albano, consta uma carta que escreveu ao marido:

Emílio querido. Não sei se ao receberes esta ainda estarei no paraíso ou inferno. Negro¹, estou ansiosa por saber se foste interrogado e tua declaração. Na minha vida tive a maior decepção a teu respeito quando o cabo deu-me o teu recado que se eu fosse inocente arranjarias advogado, do contrário que eu sofresse como os outros (CARTA DE LÚCIA ALBANO A EMÍLIO).

Em 25/12/1937, o delegado Venâncio Ayres ordenou ao carcereiro que colocasse em liberdade um grupo de detidos, entre os quais o líder ferroviário José Mariano de Oliveira Lobo, irmão de Aristides da Silveira Lobo, e de Lúcia Albano (PRONTUÁRIO n.º 1.082), indicando a provável militância na Oposição de Esquerda de Lúcia Albano, uma vez que Aristides Lobo foi o primeiro secretário da Liga Comunista Internacionalista.

As mulheres estrangeiras, envolvidas na Revolução, em São Paulo, perfazem uma quantidade semelhante à de suas companheiras nacionais. É o que se infere dos processos de expulsão de estrangeiros, considerados perigosos para a ordem social e política e que fornecem cifras confirmadoras da presença hegemônica dos homens no mundo da “desordem”. De uma relação de 82 “extremistas” expulsos do território nacional e que foram embarcados pela Delegacia de Ordem Social, no período de novembro de 1935 a outubro de 1937, constam quatro mulheres, de nacionalidades respectivamente espanhola, lituana, romena e alemã. Um novo comunicado sobre cinco comunistas expulsos, que se encontravam foragidos, registra a presença de apenas uma lituana (RELAÇÃO DE EXTREMISTAS EXPULSOS DO TERRITÓRIO NACIONAL E QUE SE ENCONTRAM FORAGIDOS). A presença diminuta do elemento feminino entre estrangeiros subversivos entende-se pela sobretaxa das dificuldades de adaptação ao novo *habitat* que a imigrada necessariamente enfrentaria, mais do que seus companheiros. A proveniência superavitária de “subversivas” da Europa Central e Leste, provavelmente refletiria graus mais severos de patriarcalismo nos povos mediterrâneos: das 37 expulsões de espanhóis, consta o nome de uma única mulher, Júlia Garcia y Garcia, e não há nenhuma entre os oito italianos embarcados, entre 5/6/1936 e 26/2/1937.

No caso dos 22 europeus centro-orientais exilados, a média percentual se aproxima do quadro das “radicais de esquerda” brasileiras, com os desterros de Aida Glicker Narosky, uma romena embarcada, em 14/4/36, no vapor “Aurigni”, com destino à Varsóvia, e Ida Sazan, lituana, posta a bordo do vapor “Alsina”, rumo a Marselha, em 5/6/37 (Relação de extremistas expulsos do território nacional...). Entre comunistas estrangeiros, observamos a presença de duas mulheres (Paulina Cerniauskas e Maria Kuzmickas), integrando os oito delegados brasileiros no “Congresso dos Lituanos”

(Montevidéu, agosto de 1946), para tratar de assuntos dos partidos comunistas sul-americanos (PRONTUÁRIO n.º 2.456, fl. 116).

O companheirismo intergênero parece ter sido mais forte entre os camaradas da Europa de Leste e Central, dispostos – segundo as evidências documentais – a aceitar mulheres em postos de responsabilidade. Por exemplo, o lituano Albinas Kynas foi preso em março de 1932, no Alto de Santana, quando imprimia com Leon Schlafmann, Abraão Kovalski e Tzivia Kovalski o jornal *DARBINIKU ZODIS (NOSSA PALAVRA)*, órgão do grupo comunista lituano. A parceira de Kynas, de 24 anos, declara aos policiais ser francamente adepta do comunismo (RELATÓRIO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL DE SÃO PAULO, 3/8/1936). Tzivia (ou Sylvia) Kovalski, lituana, mas prontuáriada como alemã², 22 anos, professora que “ministrava lições comunistas” aos alunos, inteligente e falando vários idiomas, amargou com seu marido Abraão masmorras e extradições (PRONTUÁRIO n.º 2.456, fl. 112). Antes da prisão, Tzivia trabalhava na indústria da tecelagem (quase toda ocupada por mão de obra feminina), presidindo a comissão intelectual no comitê e fazendo propaganda do partido às colegas de fábrica. Sua militância abrangia a direção de quatro reuniões de trabalho, com 156 delegadas, duas vezes por mês, a elaboração de circulares do Partido, lições, teatros para as crianças e velhos, excursões e discursos pronunciados dentro da fábrica (PRONTUÁRIO n.º 2.456, fls. 27-29). Fizeram parte do grupo das lituanas “as mais salientes agitadoras do bairro da Lapa”: Bárbara Keites (ou Keitissua), com 50 anos de idade, acompanhada de uma filha legítima Constância Keites (18 anos) e outra adotiva, Beruta Maria Varnaites (17 anos). Eram todas “perigosas agitadoras comunistas, incitando greves e promovendo reuniões”, no trabalho pela revolução social (PRONTUÁRIO n.º 2.885, fl. 2).

Da mesma cepa da família Keites é o caso da romena Genny Gleizer, cuja prisão e expulsão do território nacional mereceram a “Campanha pró-Liberdade de Genny Gleizer”, a maior mobilização da época a favor dos desterrados políticos. Genny Gleizer, aos 17 anos, foi presa em 15/7/1935, em companhia de Hygino Zumbano e Vandriolo Gadioli, dois dias após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, como “elemento estranho à classe estudantina, infiltrada na juventude das escolas e fábricas, onde fácil se torna a propaganda, graças às promessas de amor livre e de uma utópica distribuição de fortunas”. Em seu poder, encontrou-se um número de “tômbola” de uma coleção de cinco obras literárias, a correr pela loteria federal: *O Espião*, de Máximo Gorki, *No misterioso país de Tamerlão*, de Vaillant Conturier, *O caso de Scottsboro*, de Manuel Marsal, A

emancipação da mulher na URSS, de Solomin, e *O delator*, de Liam O’Flaherty (PRONTUÁRIO n.º 209, doc. n.º 5). Note-se nas leituras apontadas uma obra sobre a emancipação feminina, atestando que temas dessa natureza compunham as preocupações dos meios revolucionários.

A vida de Genny foi marcada por predeterminações de gênero: costureira, envolvida em namoros com camaradas, torturada e estuprada pela polícia, casada por conveniência política... No seu prontuário, figuram duas cartas amorosas assinadas por “Carlos Natal”, embora o seu casamento se tenha dado com o jornalista de *A Platéia*, Arthur Piccinini. Em 4/12/1935, aos 23 anos, Piccinini declara ter-se casado com Genny “sem qualquer interesse político”, por simpatia e para que ela permanecesse no país. Tivera compaixão porque Genny tinha todos seus familiares no Brasil, só contando com um parente muito afastado, nos Estados Unidos, além do que o regresso dela para a Romênia lhe fazia lembrar de uma maneira desoladora o suicídio de sua mãe, Rosa Gleizer, levada ao desespero pelo frio, fome e situação de extrema miséria em que se encontrava (PRONTUÁRIO n.º 4.915, fl. 38).

Abstraindo a alegação de ausência de fins políticos, é provável que Piccinini dissesse a verdade sobre o arranjo de seu casamento, pois de seu processo consta solicitação à 2.a Vara da Família e das Sucessões, datada de 14/10/1946, em que Arthur Piccinini figura como autor e Genny Gleiser, como ré, para a anulação de casamento (PRONTUÁRIO n.º 4.915, doc. n.º 272). A demora de 11 anos entre a celebração e o pedido anulatório do matrimônio explica-se pela duração da ditadura Vargas, com as consequências inevitáveis sobre os destinos pessoais dos militantes de esquerda. Não obstante, na residência de Piccinini foi encontrada copiosa correspondência de Genny, indicadora de que o afeto desempenhou algum papel no relacionamento dos jovens camaradas (PRONTUÁRIO n.º 960, fl. 12). O pai de Genny lutou corajosamente em defesa da filha, tentando por todos os meios livrá-la da prisão e da extradição. Um apelo que fez à Associação Jurídica Brasileira, para que intercedesse no caso, acabou por ter um desdobramento perverso: Arlee Mesquita, ex-colaboradora daquela Associação, indicou o atelier de “Mme. Geny” como centro de comunistas, entregando documentos e duas chaves à Delegacia de Ordem Social. A delatora aproveitou a ocasião para se oferecer como colaboradora da polícia (ORDEM DE SERVIÇO, n.º 0069).

A história de Ignez Itkis, uma estudante da Escola Normal, de 18 anos de idade, filha de russos e estudante da Escola Normal, expressa a vida de mulheres pertencentes à Juventude Comunista, da qual era organizadora, orientadora e tesoureira. Ela presta

declarações, em 1932, após ter sido presa “no piquenique do Sacomã”, evento que levou vários jovens à cadeia. Ignez declara a seus carcereiros que, após a leitura de alguns livros de fundo comunista, tornara-se simpática desses ideais. No carnaval do mesmo ano em que foi presa, ficou conhecendo um rapaz de nome Antônio, “de cor branca, cheio de corpo, com cabelos castanhos” , que se interessou por ela quando a viu lendo o livro *Passageiros de Terceira*, iniciando uma série de preleções comunistas (PRONTUÁRIO n.º 2.088, fl. 34).

As atividades de Ignez transbordavam para o *Club dos Artistas Modernos*, aonde se reunia com Felícia Itkis, Daisy Muller e muitos operários do Belém e do Bom Retiro. Chamada a prestar declarações, a polonesa Anna Mayrowitch, com 11 anos de idade, informa que Ignez a preparava para prestar o exame de admissão ao ginásio. Por isso, pôde se recordar que num dia após o carnaval Ignez esteve em sua casa, à noite, com diversos moços, e todos falavam sobre comunismo (PRONTUÁRIO n.º 2.088, fl. 10). Felícia Itkis (24 anos, escriturária) confirma a endogamia prevalecente entre camaradas: namorara Guido Romano, a quem conhecera no *Club Israelita* e era casada com Herch Schechter, também comunista e várias vezes expulso do Brasil. As suas relações eróticas emaranhavam-se com motivações políticas: falsamente Felícia declarou, por três vezes, ser russa, pelo desejo de ser deportada para a pátria da Revolução (PRONTUÁRIO n.º 2.088, fl. 1).

Provavelmente o único caso de uma lituana comunista que não sabia ler nem escrever é o da empregada doméstica Helena Willys (viúva, 22 anos), irmã do comunista Pedro Willys e traída pelo ex-namorado, também lituano, Stalislawa Kekisz. Em 1936, Stalislawa informa que Helena era comunista e não adotava o casamento religioso, por ser seu Deus uma cruz e um martelo (“Relatório da Delegacia de Ordem Social”, doc. n.º 3, fl. 3). Em defesa, Helena esclarece ter namorado Stalislawa e pretendido se casar com ele, mas após saber de seus maus precedentes, rompeu o namoro (PRONTUÁRIO n.º 503, doc. n.º 1, fl. 1).

Na militância feminina em São Paulo, destaca-se a russa Olga Yazikoff Pandarsky. Ela e seu marido Mark, como agentes da Internacional Comunista, foram os responsáveis pelo convencimento de Prestes, em 1931, de seguir para a U.R.S.S., a fim de se aperfeiçoar nos conhecimentos necessários ao cargo de secretário geral do PCB, que ocuparia a partir de 1935. Esse casal também teria incentivado a publicação dos jornais comunistas lituanos *Garsas*, *Darbiniku Zodis* e *Tiesa*, logo após a sua chegada ao Brasil, procedentes da Rússia, via Montevidéu (APOLLONIO, 1949, pp. 19-21).

Nas reuniões do Partido, mulheres mais combativas adquirem a desenvoltura dos camaradas masculinos, como fizeram “Leonor” e “Marina” na Assembleia do Comitê Regional de S. Paulo, Zona do Bom Retiro, realizada em 6/3/32, que reuniu 31 aderentes. A primeira toma a palavra para acentuar a importância da luta contra a guerra e contra os inimigos do Partido (a Oposição de Esquerda ameaçava as posições do stalinismo, em S. Paulo). A segunda manifesta-se em completo desacordo com “Nunes”, por considerar que a Internacional Comunista dizia ser a organização dos comitês de fábrica a principal tarefa do PCB. E se mais não se fazia era por causa da resistência e da sabotagem que existiam no Partido, observando ser certo que a proletarização não significava substituir operários por intelectuais, mas que sem uma maioria proletária não se podia fazer a proletarização. “Marina” afirma que outro ponto muito fraco do trabalho revolucionário referia-se às mulheres, mas o pouco que estava feito devia-se à iniciativa “das próprias companheiras, quase todas desta Zona.”

O discurso feminista das camaradas deu resultado: nas tarefas aprovadas para o Comitê de Zona do Bom Retiro incluiu-se o dobramento dos seus efetivos, em dois meses, por meio de um recrutamento que deveria comportar pelo menos 30% de mulheres. Também o Comitê deveria ser composto de sete camaradas, sendo um jovem e uma mulher (ATA DA ASSEMBLEIA DA ZONA DO BOM RETIRO, de 6/3/32). As falas das mulheres presentes a essa reunião revelam que elas estavam inteiradas dos problemas que o Partido enfrentava em âmbitos interno e externo e que conheciam alguns fundamentos da teoria revolucionária.

A inclusão de mulheres no Partido implicava a necessidade de lhes ceder determinados cargos, pois a estrutura organizatória deveria refletir os diferentes grupos da sociedade brasileira. Daí a aprovação da estratégia de mandar vir um operário maranhense para a Conferência Nacional, que fosse combativo e “de preferência índio” (ATA DA REUNIÃO DA ZONA DO BOM RETIRO, de 7/2/32), assim como a reorganização do *Bureau* Político ter sido proposta para cinco jovens, três ferroviários, uma mulher, um lituano e um israelita (ATA DA REUNIÃO DO SECRETARIADO, de 8/3/32). Portanto, espelhando os grupos de jovens, mulheres e os idiomáticos. Os ferroviários explicam-se-iam pela importância que a categoria possuía nesse momento histórico e pela própria proximidade geográfica das estações Sorocabana e da Luz com o bairro do Bom Retiro. É bom lembrar que essa era a zona que reunia os militantes mais ativos da cidade de São Paulo e, por decorrência, que contava com o grupo de mulheres

– quando considerado em conjunto – melhor preparado na linha teórica e na prática revolucionárias.

Das brasileiras atuantes em S. Paulo, avultam nomes como Mary Houston Pedrosa, Elsie Houston, Tarsila do Amaral, Rachel de Queiroz, companheiras respectivamente de Mário Pedrosa, Benjamin Péret, Osório César e José Auto Cruz de Oliveira, além das irmãs Galvão, Patrícia e Sydéria, que sobrepujaram os nomes de seus companheiros, na memória política. Mary Houston Pedrosa, funcionária da Secretaria da Viação (como Eneida de Moraes e Ceres Sacchetta), atuou na Oposição de Esquerda, no Rio e em São Paulo. Nesta última cidade, na noite de 11 de agosto, foi efetuada uma batida na residência do casal Pedrosa, sendo detidos os donos da casa, Victor Azevedo Pinheiro e Mário Dupont, enquanto outros fugiram, protegidos pela escuridão (PRONTUÁRIO n.º 2.096, doc. n.º 6). Antes da prisão, estavam todos sentados a uma mesa, lendo livros, enquanto Mary fazia trabalho de tradução, a máquina (PRONTUÁRIO n.º 2.096, doc. n.º 8).

Rachel de Queiroz também pertenceu ao grupo trotskista paulista. O seu marido, José Auto, prestou declarações à polícia, em 20/3/1934, dizendo que há dois meses viera da Bahia para São Paulo, com a sua mulher, com a qual se casara havia ano e meio. Num dia de fevereiro, quando chegou com Rachel a sua residência, teve conhecimento de que Murillo Teixeira de Mello, “que era comunista e que só falava sobre esse assunto”, havia trazido uma mala, que supunha se achar repleta de material subversivo. A sua esposa fora detida no Rio de Janeiro, sendo logo remetida para o seu estado natal (PRONTUÁRIO n.º 4.089). A atuação de Rachel de Queiroz na Oposição de Esquerda produziu os livros de crítica *Caminho de pedra* e *O Quinze*, que narram experiências vividas por militantes da Liga Comunista Internacionalista.

Patrícia Galvão consubstanciou o protótipo mais completo da mulher revolucionária. Em 1931, já registrava “inúmeras” passagens pela polícia. Nesse ano, fora presa em Santos, num comício de protesto contra a morte de Sacco e Vanzetti (PRONTUÁRIO n.º 699). Pagu foi uma das poucas aderentes do Partido a ser seguida por “secretas”, existindo, portanto, registros detalhados sobre a sua militância. Ficamos sabendo que ela e Oswald de Andrade estavam em atividade, em 1933, recebendo várias pessoas em suas residências (PRONTUÁRIO n.º 1.053, doc. n.º 6, fl. 6). Ademais, Pagu estava sob suspeita, pois o Comitê Central do PCB a considerava “descontrolada e ligada a elementos reacionários, bem como ‘seduzível’ por elementos do Partido, como Miguel

(José Villar Filho³), que por causa de suas intimidades relaxava e sabotava o trabalho partidário”.

Também era considerada como desagregadora por suas críticas a Fernando de Lacerda, resultando disso a retirada de um mimeógrafo que se encontrava em seu poder. Mais tarde, a conselho de “Miguel”, Pagu fez uma autocrítica, declarando que não mais devia criticar a direção do Partido, nas suas bases. Em 1933, Miguel a levava ao Plenário do Partido, em Paracamby, sendo, por esse motivo expulso, pois já estava em má posição perante os camaradas, por suas intimidades com Eneida. Nesse Plenário, Fernando mandara-a ficar “de autodefesa”, a fim de afastá-la da reunião. Após um grande escândalo, o Comitê Central deliberara submeter Pagu à “prova de fogo”, para poder readmiti-la (INFORME RESERVADO, dezembro de 1934, doc. n.º 9, f. 9). A posição de Pagu era de um revolucionarismo consequente, pois contestava um dos pontos sagrados da sociedade androcática – o moralismo vitoriano imposto às mulheres. Daí, provavelmente, advinha boa parte dos problemas que enfrentou em sua vida pessoal e partidária. Uma carta manuscrita, a lápis (portanto, bastante comprometida pelo tempo), indica um pouco da personalidade de Pagu, que, ao rejeitar o modelo casto da mulher, fornecia às forças da reação argumentos estigmatizantes contra as extremistas. Escreve Pagu: “Conheci um brasileiro que se escondeu no camarote até agora. O tal que entrou no Rio. Interessantíssimo. Esplêndido animal. Talentoso e sem um pingão de inteligência. Ficou louco [...]”.

A história de Pagu pode ser acompanhada pelas declarações que ela prestou às autoridades policiais, em 23/1/1936. Segundo ela, desde 1930 simpatizava com o comunismo, por ver injustiças no regime capitalista e considerar que somente o Partido Comunista poderia solucionar essa situação, implantando a ditadura do proletariado, para depois estabelecer o regime comunista. Ela chegara da Europa havia três meses, e, de passagem pela U.R.S.S., aperfeiçoara a sua simpatia pelo comunismo. A coragem de Pagu patenteia-se no interrogatório: nega-se a dizer se continuaria a participar da luta revolucionária e não fornece o nome de nenhum de seus companheiros, alegando que os conhecia apenas de vista. Afirma ter sido presa 12 vezes, mais ou menos, sempre sem prova nenhuma e que adotara, havia 12 ou 15 dias, o nome de “Paula” (PRONTUÁRIO n.º 1.053, fl. 29).

O espírito combativo de Pagu não conseguiu ser quebrado pela polícia, embora ela estivesse nas garras do terrível “especialista” em comunistas, Luiz Apolônio, confrontado, dessa vez, com um dos raros prisioneiros capazes de enfrentá-lo. Em

4/2/1936, Pagu denuncia que Apolônio a havia esbofeteado na Delegacia de Ordem Social e lhe afirmara que iria fazer tudo para desmoralizá-la. Para isso, detivera o seu pai, muito idoso e que reprovava as suas ideias, dizendo a ele, na presença de Pagu e de dois presos, que ele fora detido por acusações da filha (PRONTUÁRIO n.º 1.053, fls. 110-111). Sobre Patrícia e sua irmã Sydéria, existe uma ordem de serviço da Superintendência de Ordem Política e Social declarando não ter sido possível identificar a ambas, pois essas se recusaram a fornecer seus dados, sob a alegação de que haviam sido absolvidas pelo juiz competente. Durante o percurso para as dependências do Gabinete de Investigações, as irmãs cantaram a “Internacional”, gritando: “Pão, Terra e Liberdade” (PRONTUÁRIO n.º 1.053, fl. 106). O perfil revolucionário de Patrícia Galvão é traçado por uma fonte insuspeita, nessa matéria, o Delegado de Ordem Social de São Paulo, Venâncio Aires:

Atendendo-se ao pormenor de achar-se o país em estado de sítio, é medida policial e preventiva a custódia dessa comunista, mulher eminentemente rebelde aos poderes públicos e eficaz propagandista de ideias subversivas. [...] a sua atuação contra a ordem social é perigosa e pode tornar-se perniciosa, graças à sua inteligência, atividade, e atração que no vulgo despertam mulheres revolucionárias (CARTA DE VENÂNCIO AIRES AO SUPERINTENDENTE DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL, 23/3/1936).

Finalmente, posta em liberdade pelo Tribunal de Segurança Nacional, meses antes de novembro de 1937, Pagu uniu-se a alguns camaradas mais exaltados, que se separaram do grupo central, formando um novo partido, o Partido Operário Leninista (POL), composto de adeptos do trotskismo, que obedeciam à orientação da IV Internacional Comunista. O Comitê Executivo do POL, localizado em São Paulo, tomou o encargo de orientar os trabalhos de organização do Comitê Regional do Rio de Janeiro, enviando Patrícia Galvão como sua representante para aquela cidade. Aí, Pagu foi surpreendida pelos policiais e “a sua detenção se revestiu de características as mais impressionantes, que bem focalizam a que ponto chegava a ousadia dos conspiradores na sua faina nefasta de subverter a ordem pública.” Ao ser presa, Pagu, sob o nome de “Maria Magalhães”, procurou resistir à ação da polícia, alvejando pelas costas um dos inspetores, com um revólver. Uma vez desarmada, teria dito aos policiais: “Agora que falhei, na ocasião culminante, vocês podem me levar para a Polícia, pois eu bem mereço este castigo para não mais falhar”. No Rio, Pagu residia com Odila Nigro, também feita prisioneira, juntamente com Hylcar Leite (que agia sob o pseudônimo de “Lino”). Hylcar e Pagu, “intimamente ligados”, eram os responsáveis pela organização do Comitê Regional do POL, na capital federal.

A mesma diligência policial descobriu a ligação de Odila Nigro com uma personagem “estranha”: uma mulher ainda jovem e com traços másculos e originais, chamada Yara Jardim, que foi presa em companhia de um indivíduo “também bastante exótico”, Francisco Vaz. Yara e Francisco escandalizaram as autoridades, pois se nutriam exclusivamente de frutas e levavam uma vida primitiva, fugindo a tudo que dizia respeito à civilização. Os policiais descrevem Francisco como um “indivíduo anormalmente forte, tendo o cabelo bastante crescido, de modo a lhe dar uma aparência selvagem”. Yara, por sua vez, embora com tenha traços de beleza, era marcada por “equimoses” resultantes de sua exposição quase permanente ao sol e às intempéries. O casal havia manifestado “um baixo nível de cultura e um alheamento completo à civilização e desprezo pelos homens ‘contaminados por ela’, como declararam”. O “Tarzan”, quando não estava no ambiente sensual de sua companheira”, era “chauffeur” de ônibus. Um dos prisioneiros, Júlio dos Santos, “habilmente interrogado” (a expressão é da polícia), revelou ser o promotor de várias reuniões dos detidos e que o agrupamento estava ligado ao Socorro Vermelho, chefiado por Pascoale Petraccone. As autoridades presumiram que o grupo detido constituía uma agência central de todos os comunistas do Brasil, localizada em São Paulo, cidade onde a repressão menos se fazia sentir (RECORTE DO JORNAL *CORREIO DA MANHÃ*, DE 23/4/1938).

O sensacionalismo das referências ao casal Yara-Francisco servia para robustecer, na opinião pública, o conceito de exotismo e de insensatez atribuído aos adversários do *statu quo*. Antinomicamente justificava-se a racionalidade da ordem política e social, dos tempos de Vargas. Dessa forma, comportamentos revolucionários da mulher eram apresentados, sempre que possível, do ponto de vista de desvios morais, psicológicos ou sociais. Essa posição evidencia-se também no caso de Sydéria Galvão, professora e elemento ativo do Socorro Vermelho Internacional, posta em campana pela polícia.⁴ Em 1931, com 18 anos de idade, Sydéria era professora do Grupo Escolar de Regente Feijó. Aí se tornou amiga de diversas mulheres, inclusive de Helena Peterlini, para quem Syderia escreveu uma carta, que caiu nas mãos da polícia. Helena, chamada a depor no inquérito instaurado contra Sydéria, relatou que aquela lhe falara, certa vez, sobre o comunismo e suas vantagens, criticando-a por ser muito religiosa, e que era tida por comunista por algumas pessoas de Regente Feijó (PRONTUÁRIO n.º 364, f. 47). As declarações de Sydéria aos seus carcereiros ajudam a recompor o universo revolucionário da época. Em 1936, estava com 23 anos e realizava traduções para a revista *PAN*, comunicando-se com a redação por intermédio de Ernest Joske. Em 7/2/1938, novamente

na prisão, narra que há muito tempo escrevera uma carta a Helena Peterlini, pedindo uma contribuição para o Comitê Anti-Integralista. Como Pagu, Sydéria denuncia os métodos policiais, informando ter estado presa quatro dias no Gabinete de Investigações, metida entre prostitutas e mulheres enfermas. Durante o seu interrogatório na Ordem Social, a autoridade que a inquiria (provavelmente Luiz Apolônio) mandara pedir cocaína na Delegacia de Costumes, mas como essa já se achasse fechada, não pôde ser atendido. Sydéria então perguntara para quem era destinada aquela droga e o policial respondera que era para uso dele.

O moralismo domina as preocupações dos interrogadores de Sydéria, obrigada a explicitar que nunca fora amante de Ernest Joske e que estava separada de seu marido por não gostar mais dele. Este, Ivan Voropinoff, um russo residente no país desde 1929, não gostava que a declarante saísse só à noite; ele não era comunista e residia no interior do estado, comerciando pedras preciosas e peles. Até Ernest Joske alugar um quarto para ela morar, Sydéria declara que não tinha residência, dormindo ao relento por muitas noites. Algumas vezes, ficava em casa de amigos e não possuía outra roupa a não ser a que vestia. A pobreza de Sydéria torna-se patente: no dia anterior tinha comprado um corte para a confecção de outro traje, que se encontrava em seu quarto, no largo da Concórdia, assim como mais dois pares de sapatos, uma escova de dentes, um pente e uma peça de roupa branca. Esses objetos estavam embrulhados e Sydéria levava-os sempre consigo, quando não dispunha de residência. Como professora, recebia ordenado mensal de trezentos mil réis, o que, de certa forma, faz crer que as condições de indigência em que vivia poderiam estar sendo exageradas para proteger companheiros (PRONTUÁRIO n.º 3.64, fl. 121).

Tarsila do Amaral foi objeto de várias representações da mulher comunista intelectual, efetuadas por um dos policiais de maior importância da época, o “reservado Guarany”. Em 1933, de volta da Rússia, doara quadros ao *Club dos Artistas Modernos*, considerado um centro de propaganda comunista. Tarsila era vista como uma “comunista de grande audácia e arrojo”, que falara pelo “Comitê das Mulheres” na reunião promovida pelo Comitê Anti-Guerreiro (PRONTUÁRIO n.º 41.391). Outro informe pontifica ser Tarsila do Amaral “a maior e mais arrojada comunista dentre todas as comunistas nacionais”, impressionando e convertendo todos que a ouvem em “salões nobres”, sem se preocupar em escolher, como os seus parceiros, “arrabaldes e lugares ocultos para pregarem o comunismo” (INFORME RESERVADO, de 30/7/1933).

Visados pela polícia, vivendo boa parte do tempo em esconderijos precários, os militantes valiam-se de parentas para em suas comunicações:

Pode-se mandar mamãe falar com a mãe dele (Rodolfo Coutinho) para combinar um encontro [...]. Se essa falhar, tem a carta à irmã de Corrêa. Confesso-te de que não tenho a certeza de quem se trata, mas mais me parece que é a minha “noiva” [...]. Se essa falhar, tem a Angelina. Levem a carta a ela [...] tenho confiança pessoal no espírito de camaradagem dela. [...] Em todo caso, ela tem sempre servido bem, e é camarada, e me confessou certa vez que sonhara mais de uma vez comigo (CARTA DE FÚLVIO ABRAMO, PROVAVELMENTE, A HILCAR LEITE).

Protetoras dos homens, as mulheres poderiam eventualmente entregá-los à repressão: uma desinteligência entre vizinhas resultou na prisão do pintor de 29 anos, Adolpho Dudrey. Este vivia com a catadeira de café, Anésia Corrêa dos Santos, em Garça, no ano de 1936, quando Manoel Alves da Silva lhe entregou vários papéis impressos, recomendando-lhe que os guardasse com cuidado. Por ser analfabeta e desejando saber o conteúdo daqueles papéis, Anésia pediu ao filho de uma vizinha, a parteira, Eulália Dias da Cruz, que os lesse. Eulália, como tivesse tido uma desinteligência com Anésia, compareceu à Delegacia de Polícia com um boletim comunista da Aliança Nacional Libertadora, declarando que esse boletim havia sido entregue ao seu filho, José Ferreira, pela “decaída Anésia Corrêa dos Santos” (PRONTUÁRIO n.º 364, fl. 3).

O quadro das mulheres encarceradas pelas Delegacias de Ordem Social e de Ordem Política, na década de 1930, é formado principalmente por membros do Partido Comunista – das correntes stalinista ou trotskista –. O anarquismo encontrava-se em recessão nesse período, além de reunir fundamentalmente italianos, espanhóis e portugueses, todos de cultura exacerbadamente patriarcal, o que afastaria suas mulheres de atividades políticas. Anarquistas como Maria Lacerda de Moura rareiam na documentação e nos arquivos policiais. Ademais, teriam condições mínimas de conquistar prosélitos, dados os postulados libertários referentes à família e ao amor livre, inaceitáveis para as expectativas sociais sobre comportamentos femininos, então vigentes.

Outro grupo de mulheres, atuante na capital paulista, era formado por militantes do Partido Socialista Brasileiro. Luíza Peçanha de Camargo Branco, casada com o Tenente José Alves Britto Branco, um dos chefes do movimento aliancista, em São Paulo, domina esse grupo. Ao ser presa, em 1935, Luíza era diretora do Grupo Escolar “Erasmus Braga”. Suas atividades políticas começaram muito antes de seu encarceramento. *TRABALHO*, de sua autoria, foi por ela apresentado ao I Congresso Revolucionário do Brasil, realizado na Capital da República, no dia 25 de novembro de 1932, sob os

auspícios da Legião Cívica 5 de julho (PRONTUÁRIO n.º 2.422, f. 7). Em 1934, discursou na “Liga Anti-Clerical de Santos”, situada na sede do Sindicato dos Bancários, investindo os prelados que tomaram parte no Congresso Eucarístico de Buenos Aires.⁵ Desse mesmo ano é o livreto *CAMPANHA REVOLUCIONÁRIA*. A polícia a considerava uma “velha militante”, fervorosamente prestista, que se afastara do Partido por divergências com a direção. Os seus discursos “sempre primaram pela violência, pelos ataques mais desabridos às autoridades constituídas, Integralismo, capitalismo, latifúndios, imperialismo, etc.” (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 3). O folheto mimeografado que escreveu – *A Sucury* – recebeu duras críticas da Ordem Social. A autora, além de se enganar ao dizer que a sucuri era uma serpente das matas brasileiras, aconselhava o proletário para matar a machadadas o PRP, o PC, o PD, a Federação dos Voluntários, enfim todos os partidos conservadores. Também Luíza Peçanha qualificava a imprensa de vendida e mentirosa e insultava a mulher brasileira, dizendo que vendiam o voto “por um retalho de seda e um par de brincos”. Suas colegas professoras também eram acusadas e “de pregar o separatismo” e os estudantes, como “transviados, que empregam seu saber para o mal...” (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 45).

As preocupações com a ideologia de gênero apresentam-se em Luíza Peçanha. Em 21/9/35, proferiu a conferência: “Os direitos da mulher”, criticando a entrevista do Secretário da Segurança Pública relativa a Genny Gleyser (“Acompanhamento da conferência”). Como responsável pela organização da seção feminina do PSB, produziu um trabalho no qual defende a difusão ampla e uniforme da instrução pública, proporcionando a educação ao povo, ao invés da formação de falsas elites, “curando-se, com carinho especial, da educação profissional e cívica.” Propõe ainda o reconhecimento nacional do diploma, a socialização do ensino, “com afastamento de professoras de elite que sentem desprezo aos filhos de operários”, ao mesmo tempo em que apresenta um curioso esquema educacional:

Quadro n.º 2. Demonstrativo das Escolas Públicas

Escola de Maternologia: Noivado	Educação pré-natal	Educação do recém-nato	Educação do Lar
Escolas Profissionais (Citadinas)	Escolas Normais (primárias)	Escolas Rurais	Escolas Marítimas
Escolas Noturnas	Sindicatos	Crianças	Adultos

Fonte: Prontuário n.º 2.422, fl. 6.

Vê-se que Luíza defende um feminismo situado nas fronteiras das possibilidades oferecidas por seu tempo. A confusa reforma de ensino que elaborou reflete os papéis tradicionais da mulher, encaminhando-a para o casamento e filhos, na seção que ela chama de “maternologia”. Presa em 9/12/1935, Luíza Peçanha foi solta no mesmo dia, mas três dias após prestou declarações dizendo ter quatro filhos e ter pertencido à Aliança Nacional Libertadora, por entender que essa agremiação visava objetivos dignos e patrióticos (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 31). A polícia investe no modelo familiar, procurando desclassificar o papel da mãe de família, exercido por uma revolucionária. Lê-se no inquérito que Luíza Peçanha e seu marido chegaram “ao cúmulo de permitirem que uma filha menor do casal, uma menina de pouco mais de quinze anos, tomasse parte saliente em reuniões políticas proibidas pelas leis e moral”, acarretando a prisão dessa criança inexperiente, ao lado de elementos comunistas estrangeiros, como Genny Gleiser e outros (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 46). As relações de Luíza com o Partido Socialista Brasileiro datam do tempo em que existia o “5 de julho”, que mais tarde se dividiu em duas alas: PSB e PCB. Contrariamente às suas alegações, Luíza deve ter optado pela segunda corrente, pois em 1947 foi convidada para concorrer como senadora ou deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro, ex- esquerda democrática, e rejeitou o convite, depois de receber ordens de Prestes (PRONTUÁRIO n.º 2.422, fl. 4). Ao PSB também pertenceram Odila Basile e Aplecina do Carmo (PRONTUÁRIO n.º 833). A primeira foi presa em 1934, quando procurava ingressar no prédio da União dos Trabalhadores Gráficos, para ouvir conferência de Francisco Frola. Era farmacêutica, diplomada pela Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo. A segunda tomou parte na comemoração da “Bandeira dos 18”, mostrando a sua filiação com os ideais de 5 de julho (PRONTUÁRIO n.º 41.391).

O perfil profissional das mulheres presas como “desordeiras sociais e políticas”, em S. Paulo, registra poucos exemplos de pessoas confinadas nas fronteiras “do lar”:

Quadro n.º 3. Profissões das mulheres revolucionárias

Profissões	Números de casos
Jornalista	3
Tradutora, jornalista	2
Escritora, jornalista	2
Professora, tradutora, jornalista	1
Professora (Diretora de Escola)	1
Estudante	2
Funcionária pública	2
Artista (Pintora)	1
Farmacêutica	1
Parteira	2
Operárias	3
Cozinheira, tecelã, catadeira de café	1
Tecelã	1
Empregada doméstica	2
Total	24

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados extraídos de prontuários das prisioneiras existentes no Fundo DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo.

A concentração de mulheres em atividades ligadas ao jornalismo, letras, artes e magistério revela provável influência do importante grupo de intelectuais comunistas de São Paulo. Por outro lado, é preciso notar que o grau de alienação mais severo da mulher que não trabalhava fora de casa dificultaria a sua entrada no universo da contestação à ordem estabelecida.

A sociabilidade da mulher revolucionária no âmbito doméstico não discreparia, em essência, do modelo conjugal corriqueiro, que reservava o mando da família ao homem. Porém, vale a indagação sobre o comportamento de duplas conjugais que não comungassem da mesma visão sobre estrutura de classe e destinos sociais. A respeito, sobreviveu nos arquivos a carta da mulher de José Vidal Jeronymo, um construtor espanhol, detido em 1935, com um boletim comunista no bolso. Ao contrário das mulheres que, na quase totalidade, manifestam uma solidariedade heroica aos companheiros presos, esse documento deixa entrever a repulsa feminina a um companheiro que brutalizava esposa e filhos. Ademais, narra o cotidiano dramático das

famílias operárias de São Paulo, com os seus diferentes níveis de degradação física, moral e psíquica, razão a justificar a longa transcrição abaixo⁶, que, nos moldes de Foucault, concede a palavra aos protagonistas da História:

Infame, desconheço-te como marido, porque onze anos de casamento foram um calvário para a minha vida [...]. Canalha, havias de ter vergonha nessa cara de me mandar dizer que é infâmia tudo o que eu disse aos vizinhos. [...] Os investigadores vieram ver a casa e ficaram horrorizados e mandaram fechar até segunda ordem. E você há de morrer de remorsos das pancadas que você dava em mim e nos teus filhos. Sua filha que na idade de dez anos já faltam dois dentes que estão quebrados que você mesmo os quebrou. E seu filho que você sempre chamava de fascista e que na idade de nove anos já está com o corpo todo marcado das pancadas que você dava [...]. Você quando vinha em casa não perguntava se teus filhos tinham comido ou se faltava alguma coisa em casa. E ainda se eu te falava que faltava alguma coisa você dizia que eu te provocava e dizias que eu era bonita e bem podia ganhar dinheiro com facilidade só para te sustentar, pançudo [...]. Você sempre dizia que não queria viver no meio de italianos porque são todos fascistas. Pois então vá viver no meio dos espanhóis que são todos comunistas e fique sabendo que na minha casa não se fala nisso, só se pensa em ganhar um pedaço de pão para comer sossegado. [...] Lembre-se, canalha, que você para me fazer desaforo mijava no chão da casa, eu te falava para você não fazer e você então dizia não quer no chão? Então vai na cama e tudo isso eu não esqueço nem na hora da morte. [...] Você se lembra daquele domingo que iam jogar Corinthians e Palestra e eu precisei pedir 10\$000 emprestados da patroa de casa porque senão eu apanhava? Pois olhe que eu sentimento nenhum eu tenho de você porque eu sempre te avisei que deixasses de partidos porque partidos não enchiam barriga. E você dizia que eu era cúmplice dos integralistas e vinham pancadas por cima de mim e das crianças. (CARTA DA MULHER DE JOSÉ VIDAL JERÔNIMO).

Uma testemunha ratifica a veracidade das informações acima, dizendo que José Vidal espancava seus filhinhos, chamando-os de fascistas, por serem filhos de mãe italiana. Ao contrário das expectativas da missivista, que escreveu em 5/2/1936, sonhando com o desterro do marido, este foi posto em liberdade em 8/7/1937.

Considerações finais

Mulheres das décadas de 1930 e 1940 participaram ativamente das fileiras revolucionárias, mas essa participação não tem recebido da historiografia a atenção merecida, a não ser em casos de figuras emblemáticas. No universo fragmentário feminino, pessoas que em geral apenas eram conhecidas por parentes e vizinhos não

provocaram a curiosidade de historiadores ou romancistas, permanecendo invisíveis aos olhos da posteridade. As histórias de mulheres comuns compõem um novo parâmetro para a história do proletariado e de sua formação, por meio da redescoberta da realidade concreta do passado, que expõe a emergência de um grupo que se descobre portador de uma identidade singular – a consciência de classe, recuperada através da luta cotidiana de indivíduos identificados como agentes de uma ação coletiva –. Sob a bandeira do combate contra a burguesia, militantes de correntes da esquerda nacional personificaram contradições, impasses e esperanças de um momento crucial da organização dos trabalhadores em partidos políticos próprios, duplicados, no caso do segundo sexo por uma dupla opressão: da polícia política e do sistema patriarcal. Mesmo que algumas das figuras aqui analisadas não sejam desconhecidas, elas continuam a representar mulheres comuns que souberam tirar de sua participação política uma força extraordinária para os seus destinos pessoais. De classe e de gênero.

Referências bibliográficas:

APOLLONIO, Luiz. *Métodos e táticas comunistas*. São Paulo: Tip. do Departamento de Investigações, 1949.

BLAY, Eva Alterman e AVELAR, Lúcia (orgs.). *50 anos de feminismo. Argentina, Brasil e Chile*. A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Edusp, 2019.

BRANCO, Luíza Peçanha de Camargo. *Campanha Revolucionária*. São Paulo: Tip. Graziano, 1934.

COURI, Norma. ‘História das Mulheres no Brasil’, da Editora Contexto, é uma obra completa sobre o tema”. In: *O Estado de S. Paulo*, Especial-Domingo. 8/6/97, p. D5.

FAUSTO, Bóris. *Negócios e ócios: Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HAERDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, V. 1, n.º 1, 1993, pp. 7-14.

HOBBSAWM, Eric. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1917.

JOFFILY, Joé. *Revolta e Revolução*. Cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta* (Um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. A Documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). *Revista Brasileira de História*, v. 17, n.º 33, pp. 238-250. São Paulo, 1997.

PARIS, Robert. Biografias e “perfil” do movimento operário. Algumas reflexões em torno de um dicionário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n.º 33, pp. 9-31, 1997.

PORTO, Eurico Bellens, delegado. A Insurreição de 27 de novembro. *Relatório do Delegado Eurico Bellens Porto*. Polícia Civil do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

SCHPUN, Mônica Raisal. Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n.º 33, pp. 167-200. São Paulo, 1997.

Referências documentais - CEDEM/UNESP:

CARTA DE FÚLVIO ABRAMO (a Hilcar?). *Processo Hylcar Leite*. Arquivo Nacional. 001-0-82-AMR-2, fl. 247. Microfilme.

CARTA DE HILCAR LEITE (“MORAES”) A Fernando Salvestri. *Processo de Hilcar Leite*, fls. 138 e 141. Microfilme.

JORNAL DO POVO, Rio de Janeiro, 12/10/1934. ASMOB.

REPRESSÃO AO COMUNISMO. Fundo Barreto Xavier.

Referências documentais - Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo:

ATA DA ASSEMBLÉIA DA ZONA DO BOM RETIRO, do Comitê Regional de S. Paulo, de 6/3/1932. *Prontuário de Fernando de Lacerda ou Fernando Paiva de Lacerda*, n.º 780, fl. 70.

ATA DA REUNIÃO DA ZONA DO BOM RETIRO, realizada em 7/2/1932. *Prontuário de Fernando de Lacerda ou Fernando Paiva de Lacerda*, n.º 780, f. 48.

ATA DA REUNIÃO DO SECRETARIADO, realizada em 8/3/32. *Prontuário de Fernando de Lacerda ou Fernando Paiva de Lacerda*, n.º 780, fl. 22.

CARTA DE LÚCIA ALBANO A EMÍLIO. *Prontuário de Lúcia Albano*, n.º 1082.

CARTA DE PATRÍCIA GALVÃO, SYDÉRIA GALVÃO E LÚCIA ALBANO A EGAS BOTELHO. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1053, fl. 91.

CARTA DE VENÂNCIO AIRES AO SUPERINTENDENTE DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. São Paulo, 23/3/1936. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1.053, fl. 97.

CARTA MANUSCRITA, A TINTA, ENVIADA PELA MULHER A JOSÉ VIDAL JERONYMO. *Prontuário de José Vidal Jeronymo*, n.º 253.

INFORME RESERVADO. São Paulo, 30/7/1933. *Prontuário de Tarsila do Amaral*, nº1680, fl.4.

INFORME RESERVADO. São Paulo, dezembro de 1934. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1053, doc. N.º 9, fl. 9.

ORDEM DE SERVIÇO n.º 69, de 6/12/1935. *Prontuário de Genny Gleiser*, n.º 209.

PRONTUÁRIO n.º 209, 2 v, de Genny Gleizer ou Seindla Glessler.

PRONTUÁRIO n.º 364, de Anézia Corrêa dos Santos.

PRONTUÁRIO n.º 503, de Helena Simachko.

PRONTUÁRIO n.º 699, de Odilon Negrão.

PRONTUÁRIO n.º 833, de Aplecina do Carmo.

PRONTUÁRIO n.º 856, de Cid Franco.

PRONTUÁRIO n.º 960, de Belfort Mattos.

PRONTUÁRIO n.º 1.053, doc. N.º 6, fl. 6, de Patrícia Galvão.

PRONTUÁRIO n.º 1.069, de Ceres de Abreu Sacchetta.

PRONTUÁRIO n.º 1.082, de Lúcia Albano.

PRONTUÁRIO n.º 1.739, fl. 29, de Eulália da Conceição.

PRONTUÁRIO n.º 1.948, fl. 7, de Eneida de Moraes ou Eneida de Moraes Costa.

PRONTUÁRIO n.º 2.088, de Ignez Itkis.

PRONTUÁRIO n.º 2.096, de Mary Houston Pedrosa, informe reservado.

PRONTUÁRIO n.º 2.422, de Luíza Peçanha de Camargo Branco.

PRONTUÁRIO n.º 2.456, de Abrahão Kovalsky.

PRONTUÁRIO n.º 2.885, de Beruta Maria Varnaites ou Varunitas.

PRONTUÁRIO n.º 3.196, de Hermínio Sacchetta.

PRONTUÁRIO n.º 4.089, de José Auto Cruz de Oliveira.

PRONTUÁRIO n.º 4.915, de Arthur Piccinini.

PRONTUÁRIO n.º 5.691, fl. 10, de José Villar Filho.

PRONTUÁRIO n.º 41.391, de Odila Basile.

RECORTE DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 23/4/1938. *Prontuário de Patrícia Galvão*, n.º 1.053, fl. 96.

RELAÇÃO DE COMUNISTAS EXPULSOS DO TERRITÓRIO NACIONAL E QUE SE ENCONTRAM FORAGIDOS. *Prontuário de Abílio Neves*, n.º 2, v. 2, fl. 35.

RELAÇÃO PARCIAL DOS COMUNISTAS EM MAIOR EVIDÊNCIA. *Prontuário do Partido Comunista do Brasil*, n.º 2.431, v. 5, doc. N.º 460, fl. 34. São Paulo, s/d, mas posto entre papéis referentes ao ano de 1933.

RELATÓRIO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL. *Prontuário de Helena Willys*, n.º 2.072, doc. n.º 3, fl. 3.

RELATÓRIO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL DE SÃO PAULO. São Paulo, 3/8/1036. *Prontuário de Abrahão Kovalsky*, n.º 2.456, fl. 112.

¹“Negro”, assim como “nego”, era um tratamento comum entre casais, que se referia à doação completa da pessoa, por amor, e que remetia diretamente à lembrança das relações entre senhor e escravo.

² O erro dificilmente seria casual, pois são conhecidos os interesses das autoridades da época para a extradição de judeus para a Alemanha.

³O mesmo camarada citado como companheiro de Eneida Costa.

⁴De seu prontuário consta uma “parte” ao Delegado de Ordem Social, datada de 7/2/1938, de que o serviço de campana a Syderia não estava sendo feito a rigor pelos inspetores, encarregados da vigilância noturna. *Prontuário de Syderia Rehder Galvão*, n.º 544. *Arquivo do DEOPS/SP*.

⁵A temática desse discurso poderia sugerir raízes libertárias em Luíza Peçanha de Camargo Branco, mas lemos em seu prontuário que ela era espírita, em época em que, como defesa, o espiritismo no Brasil concentrava-se em ataques à Igreja Católica.

⁶Essa transcrição limita-se a corrigir erros gramaticais e de concordância, procurando respeitar a sintaxe utilizada pela autora.

Texto recebido em 7 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 27 de março de 2022.